



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Documentação Pedagógica: experiências com projetos

Sinop, v. 9, n. 1 (23. ed.), p. 46-63, jan./jul. 2018

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: ações pedagógicas de professores¹

Bruna Fiori

Universidade do Estado de Mato Grosso Sinop/MT - Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre as práticas pedagógicas dos professores de alunos com deficiência auditiva em uma escola municipal de Sinop - Mato Grosso. O estudo teve abordagem qualitativa, prevalecendo-se de observações e entrevistas com professoras da sala de aula, da professora de recursos e intérprete de LIBRAS. Para o embasamento teórico recorreu-se aos autores Álvaro Marchesi e Marcia Goldfeld. Os dados demonstraram que a inclusão de alunos com deficiência auditiva é um processo em construção, porém há muitos desafios a serem superados como o domínio da LIBRAS por parte dos professores e comprometimento com o uso de recursos visuais e adaptações.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Auditiva. Inclusão. Ações Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço que deve contemplar todas as crianças, principalmente as crianças com deficiências e garantir o seu direito de aprender e participar deste ambiente.

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES AUDITIVA: Ações Pedagógicas de Professores**, sob a orientação da Professora Ma. Ademilde Aparecida Gabriel Kato, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2017/2.

Promover a inclusão e aprendizagem dessas crianças, especialmente as crianças com deficiência auditiva é uma tarefa constante e em conjunto com a família e a comunidade escolar, e aos professores cabe a função de ensinar essas crianças da melhor maneira possível, contribuindo para uma aprendizagem significativa.

As crenças dos professores exercem grande influência em suas concepções, modos, proposições e perspectivas em relação ao aluno com deficiência auditiva. Como também, seu compromisso com o processo de inclusão escolar deste aluno e sua prática pedagógica. Para que uma ação pedagógica se desenvolva em toda sua potencialidade e intenções é necessário que o professor compreenda como seu aluno aprende e quais os meios para construir conhecimentos e motivar o aluno para aprender.

Partindo dessa perspectiva, este artigo buscou compreender as práticas pedagógicas dos professores de alunos com deficiência auditiva e o processo de inclusão, em uma escola municipal de Sinop – Mato Grosso. Os sujeitos dessa pesquisa foram duas professoras da sala de aula, do ensino fundamental, uma professora da sala de recurso que também atua como intérprete de LIBRAS Para alcançar este propósito, foi utilizado a metodologia etnográfica e para a coleta de dados, instrumentos como: questionários e observações em sala de aula.

Este trabalho apresenta nos capítulos iniciais as características da deficiência auditiva e surdez, trazendo na sequência a institucionalização da língua de sinais e da profissão do intérprete de LIBRAS e como ocorre o a inclusão desses alunos e a presença dos professores como mediadores da aprendizagem desses alunos. E por fim seguimos com as análises e discussões da pesquisa e minhas considerações frente a realidade encontrada.

2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ

A deficiência auditiva caracteriza-se pela perda parcial ou total da condição de ouvir causada por lesões ou doenças, isto é, a pessoa nasce ouvindo, muitas vezes já aprendeu a falar, comunicar-se oralmente e devido aum problema perde sua capacidade de audição (MARCHESI, 2004).

A surdez compreende um comprometimento da perda auditiva de grau severo ou profundo que pode ter origem congênita ou adquirida. Quando congênita a pessoa nasce surda, tornando-se difícil a comunicação e o desenvolvimento da linguagem. Os diferentes graus de capacidade auditiva resultam em consideráveis diferenças entre as pessoas com deficiência auditiva (MARCHESI, 2004).

São chamados de surdo híbrido, aqueles que não têm nenhum contato com sons e vozes humanas. Já a surdez que ocorre quando a pessoa teve contato com os sons da voz humana, já conheceu a linguagem oral sendo ela na fase linguística ou pós linguísticos, é considerado surdo, assim como afirma Almeida e Silva (2009, p. 112):

[...] se o indivíduo nasce com surdez severa ou profunda, ele será surdo híbrido, ou seja, não terá contato e nem acesso a voz humana, portanto será denominado Surdo. Se a surdez severa ou profunda ocorrer na fase linguística ou pós-linguística, ou seja, o indivíduo já teve contato com os sons da voz humana, já tem aprendido a dicção dos fonemas, estruturação mental em língua oral, sendo denominado de surdo. (ALMEIDA; SILVA, 2009, p. 112).

As diferenças entre surdez e deficiência auditiva, de acordo com Marchesi (2004) variam de acordo com a localização da lesão tanto no órgão auditivo como na via auditiva e podem ser classificadas em Surdez Condutiva ou de Transmissão, Surdez Neurosensorial ou de Percepção e a Surdez Mista.

Almeida e Silva (2009) afirmam que conhecer a classificação da perda auditiva é necessário para dimensionar os comprometimentos e as implicações que cada grau ocasiona, pois é preciso considerar esses fatores, além dos aspectos sociais, culturais e econômicas na área da surdez, como também o grau da perda, a idade que adquiriu a surdez, se foi antes ou depois do processo da aquisição da fala, idade em que foi diagnosticada a surdez e quando iniciou o atendimento especializado na escola, se foi um atendimento de qualidade e se houve apoio da família.

As autoras mencionadas consideram essas informações muito importantes para se evitar prejulgamento e comparações entre outras pessoas com deficiência auditiva pois estes fatores resultam em grandes diferenças entre as mesmas, evitando assim comentários como este “aquele surdo não tem tantas dificuldades quanto aquele outro surdo” ou “conheço um surdo que falava bem e entendia de

Leitura Labial” ou ainda “aquele surdo entendia e escrevia quase tudo que eu falava”. Se comparações entre pessoas devem ser evitada, entre pessoas surdas não deve ser diferente.

3 LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

A LIBRAS foi uma das conquistas mais importantes das comunidades surdas, foi reconhecida em 24 de abril 2002, pelo o governo brasileiro, por meio da Lei 10.436 que em seu artigo 1º destaca:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS- e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS- a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A língua de sinais desempenha um papel de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das pessoas surdas, pois a LIBRAS é a sua língua materna, é por meio delas que os surdos aprendem, expressam as suas emoções e se relacionam com os outros, mas os surdos também precisam aprender a ler e escrever, aprender a sua segunda língua, que é a língua portuguesa, para serem inseridos na sociedade, para se relacionarem com as pessoas ouvintes, para serem pessoas com autonomia, que conseguem se comunicar em qualquer lugar, pois ao ensinar os surdos nessas duas línguas, como resultado, serão pessoas capazes e bem sucedidos, assim como afirma Bernardino (2000 apud Almeida; Silva, 2009, p. 39), “a língua de sinais, para o surdo, tem um valor importantíssimo: é ela que possibilita seu relacionamento com o mundo surdo e com o ouvinte; é a língua através da qual expõe naturalmente suas emoções”.

Ainda nos dias atuais, predomina a idéia de que os surdos podem e devem ser oralizados, que precisam aprender a falar, mas muitas famílias não tomam consciência de como pode ser prejudicial ao seu desenvolvimento, assim como fala Santos (2009, p. 19) “com o tempo, a gente percebe que essa concepção acaba prejudicando o desenvolvimento dos sujeitos surdos, pois eles são impedidos dentro

da sua própria família de aprenderem na sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).”

Desenvolvera linguagem tanto para os ouvintes e surdos é extremamente importante, pois além de função comunicativa, tem a função de construir o pensamento. Para as crianças surdas, a sua linguagem parte de gestos, sinais, pois é a língua cuja se ela for inserida nesse meio, aprendera de maneira espontânea e natural, se a criança for forçada a aprender se comunicar através da linguagem oral, além de ser um processo árduo e longo, não trará significados para essas crianças, para comprovar a minha fala, menciono Goldfeld (2002, p. 58):

Em todas as situações cotidianas, o surdo que não adquire uma língua, se encontra em dificuldades e não consegue perceber as relações e o contexto mais amplo da atividade em que se encontra, já que para tal seria necessário que seu pensamento fosse orientado pela a linguagem, Hoje, sabe-se que estas dificuldades cognitivas são decorrentes do atraso de linguagem, mas a comunidade geral ainda não tem esta compreensão e em muitas situações ainda percebe-se o surdo sendo tratado como um incapaz. (GOLDFELD,2002, p. 58).

Para uma educação de qualidade que contemple os alunos surdos torna imprescindível a presença de um profissional com conhecimento profundo de LIBRAS, ou seja, um intérprete na sala de aula, para traduzir, interpretar e auxiliar os alunos durante as aulas.

3.1 INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS

O intérprete de LIBRAS desempenha um papel relevante e mediador das aprendizagens das crianças surdas, uma vez que a maioria dos professores não dominam a língua de sinais, e é direito das pessoas surdas terem um intérprete em ambientes escolares, o intérprete tem a função de interpretar o que é dito na aula em LIBRAS para que o aluno compreenda e acompanhe os conteúdos, mas o intérprete exerce uma função que vai além de interpretar, desempenha vários papéis, segundo Kelman (2005 apud Andrade, 2015) os intérpretes assumem diferentes papéis na sala de aula como:

- Ensinar ao surdo a língua portuguesa como segunda língua;

- Ensinar a língua de sinais aos surdos e ouvintes a fim de promover a interação na comunicação;
- O intérprete também contribui para adequar o currículo participando do planejamento das aulas em parceria com o professor;
- Com alunos surdos, o intérprete deve orientá-lo, explicando detalhadamente os exercícios e conteúdos ensinados, garantindo o entendimento por parte do aluno.

Para que esse trabalho seja efetivado com eficiência, o profissional intérprete de LIBRAS, de acordo com o Decreto nº 5.626,05/ 05, no artigo 17, estabelece que a formação do tradutor e intérprete de LIBRAS deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilidade em LIBRAS - Língua Portuguesa, mais adiante no artigo 20, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade, promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS - Língua Portuguesa.

O intérprete necessita estar preparado para atuar com os alunos surdos. Em algumas situações, as crianças chegam na escola e não conhecem a LIBRAS, não tem contato com outras pessoas surdas, na maioria das vezes, se comunicam com os pais e familiares através de gestos criados por eles mesmos.

O intérprete precisa ter essa sensibilidade para que possa ensinar a criança surda a sua língua materna e auxiliar na aprendizagem dos conteúdos propostos, pois cabe ao intérprete o papel de educar, ele precisa se preocupar em traduzir para o aluno, no sentido que este aprenderá, assim como argumenta Lacerda (2006, p. 174):

A questão central não é traduzir conteúdos, mas de torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com os alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando- sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno. (LACERDA, 2006, p. 174).

É preciso reconhecer a importância do intérprete de LIBRAS na educação dos surdos, porém a responsabilidade maior de ensinar, propor conteúdos adequados e planejar as aulas com recursos visuais que facilitam a aprendizagem desses alunos devem partir do professor da disciplina, pois existem equívocos em relação a função

do intérprete como menciona Almeida e Silva (2009, p. 54) “[...] os intérpretes em sala de aula são confundidos ou se confundem como professor dos surdos ou aquele que dá “uma mãozinha”, para que o surdo entenda o que é falado enquanto a educação não cumpre seu devido papel”. Assim torna-se fundamental um trabalho em conjunto entre o professor e o intérprete de LIBRAS, alinhando as habilidades e conhecimentos de cada um, para afim de propiciar uma aprendizagem significativa para os alunos com deficiência auditiva.

4 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Neste atual cenário, a escola tem um papel fundamental na formação, destes cidadãos, pois, além de prover a escolarização também tem a função de inserir a criança num contexto social mais amplo que a família. Além de desenvolver competências, fala-se muito em promover a inclusão social, a inserção e participação de todos os cidadãos sem exceção na sociedade.

Segundo Almeida e Silva (2009, p. 24) “a inclusão é produzida como a mais correta, a verdadeira, a melhor maneira de combater toda forma de exclusão no espaço educacional”. Assim, a atenção se volta para e escola porque nela é que se dá o início ao processo de inclusão de todos, principalmente de crianças com deficiência auditiva e surdas. A inclusão escolar é um processo que permite construir interações com a diversidade, propiciando aos alunos e professores aprendizagens como respeito, formando cidadãos menos preconceituosos. Todas as crianças têm direito a educação independente de sua condição social, deficiência e cultura. A escola deve ser um espaço de inclusão de todos os sujeitos em suas singularidades.

A inclusão escolar precisa acontecer com os surdos. O fato do aluno surdo estar matriculado numa sala regular e ter um intérprete não garante uma aprendizagem significativa, como alerta Lacerda (2006, p. 167):

A escola se mostra inicialmente aberta a receber a criança (também porque há a força da lei que diz que a escola deve estar aberta à inclusão), discute as características da criança no momento de sua entrada e, depois, a insere na rotina, sem qualquer cuidado especial. Em geral, com o passar do tempo, a criança parece bem, já que não apresenta muitos problemas de

comportamento, e todos parecem achar que está tudo certo. (LACERDA, 2006, p. 167).

Na perspectiva de uma educação inclusiva, o fato do aluno deficiente auditivo estar presente numa sala de aula, estar fisicamente numa escola, não significa estar incluído, é preciso fazer também parte do processo de aprender.

Aprender a ler e a escrever é uma das necessidades básicas de todo ser humano e isso não deve ser negado a nenhuma criança. Seja qual for sua deficiência, tal qual outra criança, ela tem o direito de aprender sendo respeitadas suas limitações e possibilidades. É preciso buscar políticas públicas que possam favorecer a inclusão e a aprendizagem de todas as crianças, os responsáveis pela educação tem este dever.

5 PROFESSORES MEDIADORES DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Ações pedagógicas são processos intencionais e deliberados, realizados pelos professores com o objetivo de proporcionar aos alunos acesso ao conhecimento e as produções culturais produzidas pela sociedade ao longo da história. Para que uma ação pedagógica se desenvolva em toda sua potencialidade e intenções é necessário que o professor compreenda como seu aluno aprende e quais são os meios para produzir conhecimento e motivar seu aluno aprender. O processo/ aprendizagem é permeado por relações afetivas entre professor e aluno e, a relação afetiva gera confiança e funciona como força motriz.

Para se trabalhar com crianças com deficiência auditiva e surdas os professores necessitam de uma formação que contemplem conhecimento sobre a deficiência auditiva na formação inicial e continuada para alicerçar a sua prática pedagógica para que possa fazer uso de metodologias específicas e recursos adequados para potencializar a aprendizagem das mesmas.

A concepção dos professores, sua postura e a qualidade da relação afetiva com o aluno com deficiência auditiva é de muito importante, assim como uma educação bilíngue que contemple as duas línguas: oral e gestual. O professor desempenha um papel relevante assim como o interprete de libras na educação de crianças surdas.

A responsabilidade da inclusão é tarefa da escola e dos professores assim como oferecer as condições necessárias e recursos que possibilitem a aprendizagem dessas crianças, para que isso aconteça os professores precisam ter a formação adequada, precisam sentir-se competentes suficientes para ensinar todos os alunos. Marchesi afirma que:

O professor, quando se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, tenderá a desenvolver expectativas mais negativas, que se traduzem em uma menor interação e em menor atenção. O aluno, por sua vez, terá mais dificuldades para resolver as tarefas propostas, o que reforçará as expectativas negativas do professor. (MARCHESI, 2004, p. 44).

Assim é fundamental uma formação que atenda todas as necessidades que o professor venha encontrar no decorrer de sua trajetória profissional. Para Lima (2006, p. 50) a formação deve compreender:

[...] preferencialmente cursos de nível superior. Concomitantemente, ou ensino de línguas (ensino da língua portuguesa nas modalidades oral e escrita); de curso para o aprendizado da língua de sinais em contexto; e de cursos de interpretação da língua de sinais e língua portuguesa. Enquanto não houver a oferta de tal formação em nível superior, os professores devem participar de cursos de qualificação profissional sobre tais temas, ofertados pelas secretarias de educação e pelas instituições de ensino superior em parceria com organizações não governamentais representativas das comunidades surdas.

Todavia todas as boas intenções serão falhas se a escola e seus professores não se preparem para o desafio de educar estes alunos, ainda de acordo com Lima (2006, p. 12)

O mais importante é que a escola tenha um programa pedagógico que atenda às necessidades do aluno com surdez, que ofereça capacitação para a comunidade escolar, que busque parcerias e que tenha em seu quadro de profissionais todos os elementos necessários para o desenvolvimento do trabalho, de forma a educar um indivíduo socialmente ajustado, pessoalmente completo, autônomo e competente, ou seja, um cidadão. (LIMA, 2006, p. 12).

Trabalhar com alunos com deficiência requer um olhar mais atento dos professores, pois é preciso ter sensibilidade e competência pedagógica, Nascimento (2009), ressalta que na educação inclusiva, o professor precisa ser preparado para

lidar com as crianças diferentes, únicas e que divergem das demais sem, contudo, transformar essas singularidades num modelo de pensamento comum a todas elas. Só assim os professores poderão de fato mediar de forma significativa a aprendizagem das crianças surdas e deficientes auditivas.

É importante mencionar a relevância do professor na educação dos surdos, porém é preciso considerar a importância que a linguagem de sinais tem sobre a vida dos surdos, para as suas relações sociais e para a sua aprendizagem. Para que essas interações e aprendizagens aconteçam é importante que os surdos tenham contato com as pessoas que falem a mesma língua no ambiente escolar, por isso que a LIBRAS devem ser valorizadas e reconhecidas por parte dos professores, de acordo com Skliar (1999 apud HOLLOSI, 2016, p. 38):

[...] muitos gestores e docentes de escolas atuais não conseguem visualizar a necessidade da utilização da Língua de Sinais, bem como sua importância no aprendizado e na aquisição do conhecimento pelo aluno surdo. Muitos acabam, então, a interpretar a Libras como uma língua solicitada por uma minoria que nem conhece a si mesmo.

A LIBRAS é a linguagem da grande maioria de deficientes auditivos, é sua forma de comunicação, meio pelo qual desenvolve possibilidades cognitivas, nomeia, categoriza, é a forma que encontram para ter acesso a cultura, conhecimentos diversos integrem-se no meio em que vivem, nem de longe é meramente uma exigência de um grupo isolado.

6 CAMINHOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo etnográfico por seus significados se adequarem ao nosso interesse investigativo ao qualificar a consciência do sujeito, entender a realidade e construção social humana, busca significados para as condutas dos indivíduos que são afetados direta ou indiretamente, clara ou obscuramente, em suas decisões e em suas vidas. Uma das funções da etnografia é aprender das pessoas mais do que estudá-las.

De acordo com Triviños (1987), trata-se de um estudo de cultura, descrevendo-a e aprendendo com seus significados assim sendo tem algumas características específicas como: a exigência que o pesquisador conheça a

realidade estudada, faça parte da realidade investigada, envolva-se com o objeto de pesquisa, tanto na essência dos acontecimentos como nos acidentais.

Para as análises e discussões, trazemos agora as perguntas feitas aos professores da sala de aula. Inicialmente pretendíamos fazer essas perguntas em forma de entrevista gravada, mas dada a minha dificuldade auditiva², seria difícil transcrevê-las e pela incompatibilidade de horários entre as professoras, optamos pela aplicação de questionários dirigidos as professoras de sala comum e sala de recursos, intérprete de LIBRAS, que para preservar sua identidade, foram nomeadas com nomes fictícios.

01) O que pensa sobre a inclusão do aluno com deficiência auditiva e o surdo na escola comum?

(01) Professora Joana: Acredito ser necessário e de suma importância para eles. A inclusão precisa acontecer de fato, mas aos poucos essa realidade está acontecendo.

(02) Professora Maria: No início nos causava um certo receio de como iríamos trabalhar com estes, isto é, o DA (deficiente auditivo) mas com o passar do tempo tornou-se algo natural.

02) Como ocorre o processo de inclusão nesta escola?

(03) Professora Joana: De forma natural, com matrícula regular; os alunos são orientados e a aceitação e a inclusão desses alunos acontecem de fato.

(04) Professora Maria: Nesta escola o processo de inclusão se deu de forma eficaz e humanizada, pois os intérpretes fizeram uma ponte entre nós professores com os alunos DA nos auxiliando na forma de como poderíamos fazer nossos planejamentos, pensando na inclusão do aluno DA. Outro fator foi a equipe gestora

² A autora é deficiente auditiva, com perda bilateral neurossensorial de moderada a profunda.

dar total apoio aos docentes, inclusive promovendo cursos em LIBRAS na própria escola.

3) Recebe apoio ou orientação para promover a inclusão destes alunos? Que tipo? Por quem?

(05) Professora Joana: Nós professores precisamos estar preparados para que de fato essa inclusão acontece, buscamos nos aperfeiçoar através de formação específica para cada caso; através da secretaria de educação e outros.

(06) Professora Maria: Recebo da equipe pedagógica e dos intérpretes sempre que precisamos ocorre uma troca de ideia quanto ao planejamento para atender a necessidade do aluno com DA.

Nas respostas das professoras percebemos que há preocupação com a inclusão, a consideram necessária e importante, porém quando a professora Joana diz, “a inclusão precisa acontecer de fato” parece nos dizer que a inclusão ainda não ocorre de fato e de verdade como deveria. Ela ainda reafirma que atende alunos com deficiência auditiva nesta escola desde 2004 “tenho atendido alunos deficientes auditivos nessa escola desde 2004”.

Concordamos com a consideração de que ainda há muito o que ser feito para que a inclusão se efetive. A inquietação da professora Joana, encontra respaldo em Marchesi (2004, p. 29) que afirma:

O objetivo de criar escolas inclusivas que tenham seu prolongamento natural em sociedades abertas e não-segregadoras é uma tarefa **permanente e interminável. Supõe um esforço contínuo e uma vontade de modificação de todas as estruturas** – no conjunto da sociedade, no funcionamento da escola e no trabalho em classe – que dificultam o avanço para situações educativas, mas integradoras. É preciso, sobretudo, compreender a realidade educacional como um processo de mudança mais completas de integração e participação. (MARCHESI, 2014, p. 29, grifo nosso).

Quanto ao apoio e orientações recebidas para que a inclusão se efetive, as professoras ressaltam que receberam orientações e formações específicas por parte

da Secretaria de Educação do Município, o que consideramos como um bom indicador de que há uma preocupação com a formação dos professores, sobretudo na fala da professora Maria que relata que tiveram curso de LIBRAS. A Língua de sinais é uma língua extremamente complicada que requer muita prática e dedicação por parte dos professores.

A busca pela apreensão dessa língua demonstra o cuidado e a preocupação com o aluno deficiente auditivo, pois a LIBRAS é responsável pelo desenvolvimento da pessoa surda, pela construção da sua cidadania, pela aquisição de conteúdo, pela formação de valores humanos, pois representa uma possibilidade para que a pessoa surda se construa enquanto ser humano (ALMEIDA E SILVA, 2009).

Respondendo ao questionamento sobre o papel do intérprete, as professoras deram as seguintes respostas:

1) Como você enxerga o papel do intérprete?

(07) Professora Joana: Atualmente não estou na função, mas é de forma normal, tranquila, buscando sempre me aperfeiçoar, mas é uma relação muito tranquila e prazerosa. O papel do intérprete é necessário e de suma importância para a aprendizagem do aluno, para a relação dele com o professor, colegas e conteúdo trabalhado.

(08) Professora Maria: Fundamental nesse processo, sem ele não conseguiríamos fazer nosso trabalho, pois o intérprete não só traduz em LIBRAS as aulas ou o que queremos ensinar ou dizer ao aluno, mas vai além, consegue transmitir um pouco da real personalidade, dos desejos e anseios do aluno DA.

As professoras consideram o papel do intérprete como necessário e fundamental. Andrade, Santos e Oliveira (2015, p. 2), reafirmam que:

A presença do intérprete na sala de aula pode ser entendida como uma maneira de minimizar as dificuldades dos surdos, pois este profissional equilibra a desigualdade linguística dentro da sala de aula, e o compartilhamento da Libras com seus colegas e professores ouvintes. (SANTOS; ALMEIDA, 2015, p. 12).

Chamou-nos a atenção a afirmação da professora Maria ao dizer que o intérprete consegue transmitir um pouco da real personalidade, assim como os desejos e anseios do aluno com deficiência auditiva. Se por um lado isso é positivo, pela aproximação diária e exclusiva do intérprete com o aluno, cria fortes laços afetivos, que permitem que este profissional conheça melhor seu aluno. Entretanto, cria certa dependência não somente do aluno como também dos professores para com este profissional.

3) Quais dificuldades encontra para trabalhar com os alunos deficientes auditivos e/ou surdos?

(09) Professora Joana: Da minha parte nenhuma, pois constantemente estou me aperfeiçoando, e buscando conhecimento e formação na área. Tenho atendido alunos deficientes auditivos nessa escola desde 2004, no qual busquei formação para atendê-los em suas necessidades, como LIBRAS e atendimento em AEE.

(10) Professora Maria: Domínio de LIBRAS

4) Qual é a metodologia/ estratégias que você utiliza para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno deficiente auditivo e surdo?

(11) Professora Joana: No caso de alunos DA (deficiente auditivo) somente a adaptação dos conteúdos para melhor assimilação e compreensão, utilização de materiais concretos, desenhos diversificados e figuras diferenciadas para contemplar o conteúdo, pois o mesmo já é atendido com um professor intérprete que faz essa mediação.

(12) Professora Maria: Uso de imagens associados ao conteúdo.

Consideramos que se há dificuldades para se trabalhar com alunos com deficiência auditiva esteja relacionada a falta de conhecer as especificidades do aluno surdo, a metodologia mais adequada e domínio da LIBRAS, pois professora Joana, usuária de LIBRAS e fazendo uso de matérias concretos e realizando adaptações curriculares não encontra dificuldade para ensinar este aluno. O fato do

intérprete Teresa utilizar estes recursos isenta os professores da responsabilidade de direcionar sua prática ao aluno com deficiência auditiva. Estes alegam que “o aluno já é atendido com um professor intérprete que faz essa mediação”.

Sobre sua contribuição na aprendizagem dos alunos a professora Tereza responde:

(13) Intérprete Tereza: Meu trabalho contribui para eles serem vistos perante a sociedade, para eles terem oportunidades de aprendizagem, eu, como intérprete, para eles terem a oportunidade dos outros, que os outros têm, porque muitas vezes o intérprete é a voz dos surdos, muitas vezes o intérprete é essa voz.

A contribuição a que se refere a professora surge com o mesmo peso que a educação inclusiva deve ter, como nos mostra Almeida e Silva (2009, p. 111):

A educação inclusiva tem contribuído, pois as pessoas com deficiência estão deixando a “clausura”, estão tendo oportunidades de existirem, mostrarem que são capazes, estão sendo lembrados, contribuindo para que a sociedade seja menos hipócrita, embora o despreparo e a falta de recursos sejam visíveis. (ALMEIDA E SILVA, 2009, p. 111)

Tanto a educação inclusiva quanto o intérprete de LIBRAS tem sido essencial para a educação de pessoas com deficiência.

Sobre as orientações aos professores da sala de aula para facilitar entendimento dos conteúdos e sobre os recursos adequados para se trabalhar na sala de recursos ela relata que alguns professores antecipam sim os conteúdos a serem estudados:

O professor tem que passar para nós os conteúdos, porque é horrível você ter que interpretar alguma coisa que você não sabe. Porque tem o intérprete simultâneo que interpreta do jeito que foi falado, certinho e tem o outro intérprete também que conforme ele vai entendendo e que ele pode modificar algumas coisas, colocar do jeito dele, do jeito que ele entendeu. Se for algo que agente domina fica mais fácil de explicar.

Em relação aos recursos da sala de recursos, a professora Teresa diz que não há materiais prontos, que tudo depende de adaptações e criatividade. Os materiais precisam serem alcançados.

Sobre sugestões do que poderia ser mudado ou implementado a fim de que ocorressem mudanças que favoreçam os alunos com deficiência ela é categórica em afirmar que o ensino da LIBRAS desde as séries iniciais seria a grande mudança que tanto necessitamos e almejamos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor esta pesquisa parti do pressuposto de que processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência auditiva na perspectiva da inclusão, o professor era o maior responsável pelas ações pedagógicas direcionadas a estes alunos, pelas devidas adaptações e uso de recursos didáticos visuais para facilitar a aprendizagem.

Com base nas observações realizadas e respostas obtidas nas entrevistas constatei que os professores tiveram formação continuada para trabalhar com alunos deficiência auditiva com orientações quanto as metodologias, adaptações e recursos necessários e adequados para trabalhar com estes alunos, mas não utilizam, com isso há uma distância enorme entre o saber e o fazer.

Podemos concluir que a verdadeira inclusão do aluno deficiente auditivo acontecerá de fato, quando todos os professores, souberem LIBRAS e, adaptem suas metodologias á necessidades pedagógicas desse aluno e trabalharem em parceria com os professores da sala de recursos.

INCLUSION OF HEARING IMPAIRED STUDENTS: teachers pedagogical actions

ABSTRACT³

This article discusses about the pedagogical practices of teachers who have hearing impaired students in a municipal school of Sinop City - Mato grosso. The study had a qualitative approach prevailing from observations and interviews with

³ Resumo traduzido por Professora Mestra Betsemens B. de Souza Marcelino. Professora interina do Curso de Letras da UNEMAT / Sinop. Mestra em Estudos da Linguagem pela UFMT/Cuiabá. Graduada em Licenciatura Plena em Letras - Português/Inglês pela UNEMAT/ Sinop.

teachers: from the classroom, from the resource classroom and the Sign-language interpreter. For the theoretical framework it was resorted authors like Álvaro Marchesi and Marcia Goldfeld. The datas showed that the inclusion of hearing empaiired students is a process under construction, however there are many challenges to be overcome such as the sign-language knowledge by teachers and commitment to the use of visual aids and adaptations.

Keywords: Special Education. Hearing impairment. Inclusion. Pedagogical Actions.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de; SILVA, Silvana Araújo. **Língua Brasileira de Sinais**. Pedagogia. UNOPAR. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2009.

ANDRADE, Jandira Maria de; SANTOS, Amanda Gois; OLIVEIRA, Advanusia S. Silva de. **Intérprete em Libras**: um mediador na sala de aula. 2015. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/download/1488/381>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Decreto Lei N° 5.626/2005, 22 de dezembro de 2005. **Diario Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2005

HOLLOSI, Marcio. Práticas Bilíngues: Formação de Professores para a atuação com os alunos surdos. **INES**, n. 34, jul-dez 2016, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ines>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

INTÉRPRETE TEREZA. **Intérprete Tereza**. Depoimento [nov. 2017]. Entrevistadora: Bruna Fiori. Sinop, 2017. 3 f. Questionário concedido para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre as práticas pedagógicas dos professores de alunos com deficiência auditiva.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, n. 69, v. 26, p. 163-164, maio/ago. 2006.

LIMA, Daisy Maria de Collet de Araujo. **Dificuldades de comunicação e sinalização**: surdez. 4. ed. Secretária de Estado da educação do Distrito Federal, Brasília: MEC, 2006.

MARCHESI, Álvaro. As Práticas das Escolas Inclusivas. In: _____.
Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.
32-48.

NASCIMENTO, Rozangela do. **Preparando Professores para promover a
inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina:
Programa de Desenvolvimento Educacional, 2009.

PROFESSORA JOANA. **Professora Joana**: depoimento [jun. 2017]. Entrevistadora:
Bruna Fiori. Sinop, 2017. 3 f. Questionário concedido para o Trabalho de Conclusão
de Curso sobre as práticas pedagógicas dos professores de alunos com deficiência
auditiva.

PROFESSORA MARIA. **Professora Maria**: depoimento [out. 2017]. Entrevistadora:
Bruna Fiori. Sinop, 2017. 2 f. Questionário concedido para o Trabalho de Conclusão
de Curso sobre as práticas pedagógicas dos professores de alunos com deficiência
auditiva.

PROFESSORA TEREZA. **Professora Tereza**: depoimento [nov. 2017].
Entrevistadora: Bruna Fiori. Sinop, 2017. 3 f. Questionário concedido para o
Trabalho de Conclusão de Curso sobre as práticas pedagógicas dos professores de
alunos com deficiência auditiva.

SANTOS, Elias Souza. Comunidade Surda: a questão das suas identidades. In:
DÍAZ, Felix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha (Org.).
Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas.
Salvador: EDUFBA, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**. 6. ed. São
Paulo: Atlas, 1987.

Correspondência:

Bruna Fiori. Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato
Grosso (UNEMAT), Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), Sinop, Mato
Grosso, Brasil. E-mail: fioribruna93@gmail.com

Recebido em: 28 de abril de 2018.
Aprovado em: 25 de maio de 2018.